

Ano XIV nº 4314 – 21 de março de 2012

## Proposta de nova PLR em debate na Caixa Econômica

Um novo modelo de PLR (Participação nos Lucros e Resultados) volta à mesa de debates, nesta quarta-feira (21/03), entre a Caixa e a CEE (Comissão Executiva dos Empregados da Caixa). O encontro ocorre às 14h em Brasília. As discussões giram em torno da manutenção da aplicação da regra da Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) e a inclusão, no total de recursos para distribuição, das possíveis sobras em relação ao limite de 11,25% do lucro líquido, determinado pelo governo. A categoria defende o aumento do teto e do percentual do salário previsto na regra da Fenaban, assim como a possibilidade de elevação da parcela fixa.

A atual regra básica estabelece 90% do salário mais R\$ 1,4 mil fixos, com teto de R\$ 7.827,29. Vale ressaltar que a discussão existe em face da possibilidade de aumento da lucratividade da empresa. Os bancários não vão aceitar o rebaixamento dos valores pagos em relação aos anos anteriores. A mudança na PLR também pretende assegurar que o novo modelo contemple todos os bancários e garantir a não-vinculação de metas ao pagamento da mesma.

## Seis meses com bebê, é conquista da bancária

As bancárias estão usufruindo o direito de se licenciar durante seis meses após o parto para cuidar de seus filhos. A mobilização para conquistar a ampliação da licença-maternidade está concretizada e os sindicatos defendem esse direito tanto para as bancárias como para todas as trabalhadoras brasileiras.

Segundo levantamento apresentado pela federação dos bancos durante a mesa temática de igualdade de oportunidades, o número de bancárias grávidas que optaram pela licença de seis meses demonstra o acerto da luta do movimento sindical. Mais de 90% fizeram opção pela licença ampliada. O resultado refere-se a todo o Brasil no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011. A Fenaban comunicou que recomendará a adesão às instituições que, por algum motivo, ainda não aderiram ao Programa Empresa Cidadã. O movimento sindical enviará carta aos bancos cobrando a adesão.

O direito à licença ampliada foi conquistado pelas bancárias depois de muita luta na Campanha Salarial 2009 e integra a Convenção Coletiva de Trabalho desde então. Para garantir o período de licença, a funcionária deve fazer solicitação por escrito ao RH do banco até o final do primeiro mês após o parto. O banco deve estar cadastrado no Programa Empresa Cidadã. Os quatro primeiros meses de licença são pagos pela empresa, mas são compensados do INSS. Os dois meses de extensão serão abatidos do imposto de renda.



## Itaú mantém liderança no ranking de reclamações

Dados divulgados na segunda-feira, dia 19/03 pelo Banco Central (BC) sobre as reclamações de clientes mantêm o Itaú Unibanco como líder no ranking de queixas, seguido por BB, Santander, HSBC e Banrisul.

O BC pondera o número de reclamações em relação ao universo de clientes de cada instituição.

Levantamento indica ainda que a maior parte das insatisfações se refere à cobrança indevida nas contas. Essa situação vem se agravando e também pode ser atribuída às integrações de instituições financeiras, resultado de fusão ou compra de um banco por outro, o que causa transtorno aos clientes.

Em fevereiro, a cobrança não autorizada de serviços financeiros e fora das regras contratuais em conta corrente ou a cobrança de tarifas em conta ou no cartão de crédito, somou 45% das reclamações procedentes apresentadas ao serviço de atendimento ao público do Banco Central.



## Greve dos vigilantes continua até o dia 27

O impasse entre o Sindicato Patronal e os vigilantes continua após fracasso nas negociações no Tribunal Regional do Trabalho do Rio (TRT/RJ) ontem. Na audiência, segundo a Federação dos Vigilantes e Empregados em Empresas de Vigilância do Estado do Rio de Janeiro, os sindicatos da categoria chegaram a aceitar a redução da proposta inicial de 10% para 7% sobre os salários e tíquete-refeição, com aumento real de 1,32%, e manutenção do escalonamento do risco de vida. No entanto, o Sindicato Patronal não aceitou e ofereceu apenas 6% de reajuste e 6% no adicional de periculosidade.

A audiência teve três horas de duração e contou com a presença de todos os 15 sindicatos de vigilantes do Estado e o Sindicato Patronal. O TRT/RJ deu prazo até a próxima terça-feira, dia 27/03, para entendimento quando outra audiência será realizada.

Na capital, o que veio reforçar a greve dos vigilantes foi o parecer da Coordenadoria Geral de Controle de Segurança Privada da Polícia Federal, determinando que durante a greve dos vigilantes as agências bancárias que não tiverem o efetivo completo não poderiam funcionar, sob pena de interdição. Em Petrópolis, a fiscalização ficou por conta dos próprios vigilantes e dos diretores do Sindicato dos Bancários.